Capítulo 7

> Ou ignorais, irmãos (pois falo a quem conhece a lei), que a lei tem domínio sobre o homem enquanto ele vive? Pois a mulher casada está ligada pela lei ao marido enquanto ele vive; se, porém, o marido morrer, fica livre da lei do marido. Portanto, vivendo o marido, será chamada adúltera se estiver com outro homem; se, porém, o marido morrer, fica livre da lei do marido, de modo que não é adúltera se estiver com outro homem. Assim também vós, meus irmãos, fostes mortos para a lei pelo corpo de Cristo, para que sejais de outro, daquele que ressuscitou dos mortos, a fim de frutificarmos para Deus. Pois, quando estávamos na carne, as paixões dos pecados, que se manifestavam pela lei, operavam em nossos membros, a fim de frutificarem para a morte. Mas agora fomos libertados da lei da morte, na qual estávamos presos, de modo que sirvamos em novidade de espírito, e não na velhice da letra. Que diremos, então? A lei é pecado? De modo algum. Mas eu não conheci o pecado senão pela lei; pois não conheceria a concupiscência, se a lei não dissesse: Não cobiçarás (Ex 20,17; Dt 5,21). Mas o pecado, tomando ocasião do mandamento, produziu em mim toda concupiscência. Pois sem a lei o pecado estava morto. Eu outrora vivia sem a lei. Mas, vindo o mandamento, o pecado reviveu; e eu morri; e o mandamento, que era para a vida, achei que era para a morte. Pois o pecado, tomando ocasião do mandamento, seduziu-me e por ele me matou. Assim, a lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom. O que é bom tornou-se, pois, morte para mim? De modo algum. Mas o pecado, para que se manifeste como pecado, por meio do que é bom produziu em mim a morte; a fim de que o pecado, pelo mandamento, se torne excessivamente pecaminoso. Sabemos, com efeito, que a lei é espiritual; eu, porém, sou carnal, vendido ao pecado. Pois o que faço, não o entendo. Pois não faço o bem que quero; mas o mal que odeio, esse faço. Se, porém, faço o que não quero, concordo com a lei, reconhecendo que é boa. Mas agora já não sou eu que o faço, mas o pecado que habita em mim. Pois sei que em mim, isto é, em minha carne, não habita o bem. Porque o querer está ao meu alcance, mas o realizar o bem, não o encontro. Pois não faço o bem que quero; mas o mal que não quero, esse pratico. Se, porém, faço o que não quero, já não sou eu que o faço, mas o pecado que habita em mim. Encontro, pois, esta lei: quando quero fazer o bem, o mal está ao meu lado; pois me deleito na lei de Deus segundo o homem interior; mas vejo nos meus membros outra lei, que luta contra a lei da minha mente e me torna cativo da lei do pecado que está nos meus membros. Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de morte? A graça de Deus, por Jesus Cristo,

> nosso Senhor. Assim, pois, eu mesmo sirvo com a mente à lei de Deus, mas com a carne à lei do pecado.

Comentário

Porque acima havia provado suficientemente que deviam sujeitar-se à graça e que se devia servir a Deus, para que agora não julgassem dever servir a Deus nas coisas legais (julgavam ser pecado, com efeito, se mesmo no tempo da graça omitissem as coisas legais), prova Paulo que já não se deve servir nas coisas legais, as quais, se as abandonam, não há pecado; se as praticam, são réus: não se deve, com efeito, reter a sombra depois que veio a verdade, e, expulsando a lei carnal, liga-os à lei espiritual. O texto liga-se assim: só por Cristo Jesus há a vida eterna; pois pela lei não; porque *ou ignorais, irmãos* — (para mais excitar ao entendimento desta coisa, chama-os irmãos e pergunta); nem devéis ignorar, pois *falo a quem conhece a lei*, porque, se bem consultardes, achareis o mesmo — *ou ignorais*, digo, que qualquer lei que seja posta *tem domínio sobre o homem*, não sempre, mas *enquanto vive* a lei nesse homem, ou o homem sob essa lei? Como se em alguma cidade se pusesse algum preceito até determinados anos: quem, dentro desses anos, não atendesse ao preceito posto seria réu de transgressão da lei posta; quem, porém, findos os anos determinados, agisse contra a lei posta, não seria réu por isso, porque o tempo da mesma lei já teria passado: assim também a respeito da lei dos judeus, quem não a observasse desde o tempo de Moisés até o tempo de Cristo seria réu; mas, depois que veio a graça, já passou o tempo dessa lei e assim não é réu quem a abandona.

Na verdade a lei posta domina enquanto o homem vive sob a lei, ou a lei nele; pois esta é a lei conjugal: *a mulher que está sob o marido*, unida em modo marital, *está ligada à lei do marido* enquanto ele vive; mas, *se o marido morrer, a mulher fica livre da lei do marido*. Visto que a mulher, vivendo o marido, está ligada a ele: portanto, se, vivo seu marido, tiver relação com outro homem, será chamada adúltera; mas, se seu marido morrer, *fica livre da lei do marido, de modo que*, se estiver unida a outro homem, já não seja julgada adúltera. E assim, isto é, por razão semelhante, *meus irmãos, vós fostes mortos* para a lei antiga, que foi dada apenas até a vinda de Cristo: mortos, digo, *pelo corpo de Cristo*, isto é, por Cristo que veio, que foi o corpo, isto é, a verdade da própria lei, da qual corpo a lei foi sombra; e não mortos para ficardes viúvos, mas para que doravante *sejais de outro*, a saber, *daquele que ressuscitou dos mortos*, o que o torna bastante recomendável a vós. Ressuscitou para que por Ele *frutifiquemos para Deus*, isto é, pela graça, para a honra de Deus. E agora, finalmente, é lícito dar fruto sob a graça, porque, *quando estávamos na carne*, isto é, detidos na carnalidade, então *as paixões dos pecados*, isto é, os maus desejos, que embora o homem sensual os desejasse, o racional julgava, contudo, serem paixões; as quais paixões eram conhecidas *pela lei* e aumentadas pelo delito da prevaricação, *operavam em nossos membros, a fim de frutificarem para a morte*, isto é, para produzirem o fruto da condenação; mas agora, depois que veio a graça, *fomos libertados da lei* antiga, que era para nós *lei da morte*, na qual morte do pecado éramos retidos e não podíamos levantar-nos com o auxílio da lei. Fomos libertados, diz, da lei carnal, *de modo que* (isto é, por isso) doravante *sirvamos em*

novidade de espírito, isto é, renovando-nos espiritualmente cada dia ao obrar bem, conforme aquilo: «Renovai-vos no espírito de vossa mente» (Ef 4,23); *e não mais sirvamos na velhice da letra*, aderindo ao entendimento literal, como costuma a velhice.

Porque dissera acima que os judeus estavam mortos para a lei antiga e que não se devia voltar a ela, porque as paixões dos pecados eram *pela lei* e por ela frutificavam para a morte, chamara-a também lei da morte; para que os judeus não julgassem mal que Paulo entendesse isto como se a lei fosse causa eficiente do pecado e compelisse a pecar, prova que a lei, quanto está nela, é boa; que os judeus pecassem mais sob a lei, isto fazia a natureza corrompida, e não a lei. O texto liga-se assim: visto que pela lei frutificávamos para a morte,

que diremos, pois? Diremos que a lei é pecado, isto é, causa eficiente do pecado e compelindo a pecar? *De modo algum* que digamos que a lei é pecado; porque, se o disséssemos, provaríamos que a lei é injusta e arguiríamos de injustiça a Deus, doador da lei, que teria dado uma lei que compele ao pecado. Pela lei não há pecado, mas o bem, pois é o conhecimento do pecado; *não conheci o pecado senão pela lei*. Antes da lei houve certamente conhecimento do pecado, quando o copeiro e o padeiro do Faraó foram postos no cárcere por causa de pecado; mas diz que pela lei foi conhecido o pecado, porque o original era ignorado por quase todos antes da lei, e muitos atuais não se sabiam ser pecado, como a concupiscência, de que acrescenta; também a pena infernal, que se segue aos pecados, não era assim conhecida, nem o prêmio futuro dos que não pecam; julgavam, com efeito, que todos permaneceriam no inferno, embora com dessemelhança de penas: mas pela lei foi conhecido o original, foram conhecidos também muitos atuais antes desconhecidos; e mesmo os que eram conhecidos não se criam tão graves: foi conhecida também a condenação futura pelos pecados. E por isso diz: pela lei conheci o pecado, tanto o original quanto os atuais, quão graves eram, e a pena futura por eles.

Na verdade pela lei conheci o pecado; *pois não conheceria a concupiscência*, que não sabia ser pecado, *se a lei não dissesse: Não cobiçarás*. A lei é certamente boa, porque dá o conhecimento do pecado; mas, contudo, pela lei nada de bom, mas todo mal tive, embora não por culpa da lei; o que diz equivalentemente: embora a lei seja boa, *o pecado*, isto é, a natureza corrompida, ou o diabo que instiga, *produziu em mim toda concupiscência*, isto é, na vontade, no ato, no costume de pecar; isto, diz, produziu o pecado, *tomando ocasião do mandamento*, isto é, da lei mandada aos homens; tomando, diz, ocasião, isto é, oportunidade da lei, seja porque a fragilidade humana mais tendia ao proibido, seja porque o diabo, recebida a lei, mais fervorosamente insultava o homem, vendo que a lei dada seria certo degrau para o homem voltar à salvação, o qual antes, possuindo em pacífico direito, negligenciava inquietar.

Deve-se notar também que chama pecado à natureza corrompida; há, com efeito, em cada um o homem sensual e o espiritual: sensual chama-se aquela parte da alma, com o corpo, que dá sensibilidade ao corpo e que é de tal modo oprimida pelo peso da carne que, por cada sentido, se congratula com o prazer, amando o suave ao paladar, o canoro à audição, o deleitável à vista, o agradável ao tato, o bem cheiroso ao olfato. A outra parte da alma, que não é assim oprimida pela carne e aqui se chama racionalidade, contradiz a sensualidade e naturalmente deseja o que é bom. Na verdade o pecado produziu em mim o mal pelo mandamento; *pois sem a lei o pecado estava morto*, isto é, a natureza corrompida, enquanto menos era combatida pelo diabo, menos desejava

o pecado, porque não era proibido. O pecado estava então morto, *eu, porém, vivia*, isto é, parecia-me viver, *outrora sem a lei*; porque também conhecia menos, nem desejava tanto o pecado, nem o diabo ardia tanto. Antes da lei o pecado estava morto; *mas, vindo o mandamento, o pecado reviveu*, o que estava morto, isto é, a natureza corrompida retomou as forças, incitando mais o diabo e, como é vício da fragilidade humana, desejando mais o proibido. Reviveu, diz, porque no princípio havia vivido, e o original fora conhecido quando ainda era recente.

Vindo o mandamento, reviveu o pecado; *eu, porém, morri*, feito réu não só dos anteriores, mas também da prevaricação da lei dada; e visto que pela lei reviveu o pecado e eu morri, portanto *o mandamento que me fora dado para a vida*, segundo a intenção do doador, esse mandamento já não para a vida, mas, invertido, *achei que era para a morte*; não porque me compelisse ao pecado, mas porque foi causa sem a qual nem seria réu de prevaricação, e causa por que o diabo mais insurgia, contra o que a lei não ajudava, mas, preceituando, impedia. Diz com acerto: *achei*; não fora posto, com efeito, o mandamento para a morte.

Prova que o mandamento lhe foi para a morte, não, porém, por culpa da lei, mas por vício da natureza corrompida que compele, dizendo: na verdade o mandamento foi achado para a morte; *pois o pecado*, isto é, a sensualidade corrompida ou o diabo, *tomando ocasião*, seja porque a sugestão do prazer ao pecado é mais veemente quando há proibição, seja porque o diabo mais ardentemente insistia; assim, *tomada a oportunidade pelo mandamento, seduziu-me*, para que consentisse ao pecado, *e por ele me matou*, precipitando-me no ato do pecado; e visto que o mandamento era para a vida, por culpa do pecado foi invertido para a morte. Portanto *a lei é santa* , isto é, os preceitos da lei são santos, *e o mandamento*, isto é, a obra dos preceitos, como jejuar, dar esmola, *este mandamento*, diz, *santo*, isto é, sancionado e firmado no bem; é também *justo*, guardando a equidade para com o próximo; é também *bom*, isto é, útil a quem o cumpre.

Agora provou suficientemente que a lei é boa em si; mas dir-se-ia o judeu: não me importa se a lei é boa, já que me é causa de condenação. Contra isso Paulo prova que pela lei ninguém é condenado, mas antes nutrido no bem; a natureza corrompida, porém, é que é a causa que compele ao pecado; por isso diz: visto que o mandamento é santo, *o que é bom* em si deve-se crer *que se me tornou morte*, isto é, causa que me compele à morte? *De modo algum* que o que é bom seja causa que produz o mal: o mandamento, que é bom, não se me tornou morte, mas *o pecado*, isto é, a natureza corrompida, ou o diabo que instiga ao pecado; *para que se manifeste*, digo, isto é, para que seja conhecido como pecado, *por meio do que é bom produziu em mim a morte*, isto é, tomada a ocasião da lei que é boa, forçou-me a pecar mais, e mesmo a prevaricar, o que antes não existia; produziu, diz, por meio do bem, *a fim de que o pecado se torne excessivamente pecaminoso* agora na lei, acima do modo anterior, isto é, antes que a lei fosse dada, *pelo mandamento*, isto é, pecando mais pela prevaricação do mandamento.

Na verdade a lei não produziu a morte, mas o pecado; pois nós *sabemos*, por autoridade que tem força, *sabemos* certamente *que a lei é espiritual*, isto é, ou dada pelo Espírito Santo ou nutrindo o espírito do homem; se algum dos dois for verdade, é claro que não é causa de morte. A lei é espiritual, *eu, porém, sou carnal*, isto é, aderente à carnalidade, *vendido*, a quem o primeiro pai vendeu pelo gosto do fruto; e não de modo a estar apenas no pecado, mas também *sob o pecado*; porque, embora queira e trabalhe longamente, por mim, contudo, não posso levantar-me. Aqui

começa a mostrar que a lei e o homem racional concordam na vontade do bem, mas são, contudo, superados por aquele terceiro, isto é, pela natureza corrompida.

E isto da racionalidade, que seja boa e queira o bem, prova convenientemente; pois, assim como, se a lei fosse má, o doador da lei seria por isso vituperado, assim também, se a razão natural fosse adversa ao bem, com justiça quem deu a razão seria caluniado pelo mal da razão: na verdade estou sob o pecado; pois *o que eu opero*, seja deixando o bem, o que é certamente obrar o mal, seja fazendo o mal; o que, digo, opero eu sensual, *não o entendo*, eu racional, que se deva operar. Na verdade opero, deixando o bem, que entendo que se deve operar; *não faço, com efeito, o bem que quero* eu racional: e realmente opero fazendo o mal, que entendo que não se deve operar; pois eu carnal faço *o que odeio* eu racional. E agora, porque a lei é espiritual e boa, e a minha racionalidade quer o bem com a lei, daí aparece que a lei e a razão sentem juntas, embora a carnalidade prevaleça. Faço, diz, o que odeio, isto é, o que não quero; *se, porém, faço o que não quero*, eu racional, o que faço carnal, *eis que já concordo com a lei*, isto é, querendo o mesmo, sou testemunha em favor da lei de que é boa. Visto que eu racional não quero o que faço carnal; portanto *agora* (esse "agora" é ilativo) eu racional *já não sou eu que o faço*, o que opera a carne contra a minha vontade, *mas o pecado*, isto é, o fomes do pecado, *que habita em mim*, isto é, permanece assiduamente em mim carnal.

E na verdade o pecado habita em mim, porque o bem não habita em mim; o que diz assim: *sei, com efeito, que em mim não habita o bem*, isto é, *em minha carne*, isto é, em mim carnal. E prova-o: realmente o bem não habita em minha carne, nem pela vontade nem pelo ato: pela vontade, não habita; pois *o querer está ao meu alcance*, a mim carnal, isto é, de certo modo se aproxima da carne (ninguém, com efeito, é tão ímpio que alguma vez, ao menos, não queira o bem); se está ao alcance, então não habita em mim. O querer o bem está ao alcance; mas *realizar* esse bem de modo algum o encontro em minha carne. Na verdade realizar o bem não está em mim carnal; pois *eu carnal não faço o bem que quero* racional. *Mas pratico*, carnal, *o mal que não quero*, racional. Ou de outro modo: na verdade não encontro em mim o realizar o bem por inteiro; pois nem mesmo faço o bem que reconheço ser bom e por isso quero fazer; mas nem todos os bens me são conhecidos.

Do que disse acima para provar outra coisa, *não faço o bem que quero*, provado isto de novo por outro modo, infere dizendo: visto que eu racional não quero o mal que faço carnal, portanto eu racional *já não sou eu que o faço, mas o pecado que habita em mim*, isto é, a corrupção da natureza, que pecado habita em mim carnal, opera esse mal. Repete o ponto de onde infere: *se faço o que não quero*. Visto que eu racional não quero o mal, e a lei (como foi provado) igualmente não quer o mal, portanto eu racional *encontro esta lei*, que ela é boa, isto é, útil a mim racional *que quero fazer o bem*. A lei que ensina o bem e a razão que quer o bem encontram-se mutuamente, consentindo no bem. A mim que quero fazer o bem, e não o faço, digo bem, *porque o mal da carnalidade está ao meu lado*, racional; e por isso não consigo realizar o bem que quero. Nota que Paulo figuradamente fala de todos sob a sua pessoa, assumindo a pessoa ora anterior à lei, ora na lei. Na verdade encontro o bem em mim; *pois me deleito na lei de Deus*, porque ela quer o bem e eu com ela; deleito-me, digo, *segundo o homem interior*, porque o homem interior racional quer, sim, o bem, embora não possa operá-lo.

Como agora disse que a lei e a racionalidade querem o bem, mostra que ambas são superadas por um terceiro, isto é, pela carnalidade, e que esse terceiro deve ser superado pela graça; e isto faz com muita pertinência: pois, ao mostrar que a lei é deprimida pela carnalidade e que os que estiveram sob a lei nada fizeram de bom senão pela graça, insinua claramente por isso que os judeus devem sujeitar-se inteiramente à graça de Deus, e não mais à lei; e, por outro lado, ao dizer que a racionalidade, embora quisesse o bem, sucumbiu, contudo, à carnalidade, deprime os gentios, para que não se ensoberbeçam do livre-arbítrio, e assim sujeita todos à graça de Deus: embora segundo o interior me deleite na lei de Deus, *vejo, contudo, outra lei em meus membros*, isto é, em minha carnalidade (chama lei porque, assim como a razão dita fazer o que é bom, assim a sensualidade, o que é mau); lei dos membros, digo, *que luta contra a lei de minha mente*, isto é, contra os bens que a razão aconselha; e não só luta, mas também *me torna cativo da lei do pecado*, para que opere o que a sensualidade corrompida dita; *lei do pecado que está em meus membros*, isto é, difundida em cada sentido. E visto que a lei dos membros me conduz cativo ao pecado, portanto eu racional *sou infeliz*, porque sou *homem*, isto é, porque sou deprimido pela carnalidade; e a mim infeliz, *quem me libertará deste corpo de morte*, isto é, da morte dos pecados, que estão em meu corpo? Ou então, *deste corpo de morte*, isto é, de toda esta massa de pecados que conduzem à morte. A lei não pode libertar a mim judeu, nem a razão natural a mim gentio; como estas faltam em ambos, sei a minha libertação: *a graça de Deus*, dada *por Jesus Cristo, nosso Senhor*. Esta certamente me libertará, e por isso vós, judeus, sujeitai-vos à graça eficaz, e não à lei impotente; vós, por outro lado, gentios, à graça de Deus, e não à razão debilitada.

Deve-se considerar que o querer o bem é duplo no homem: um, segundo a razão natural, que, deprimida pela corrupção do pecado, não basta para operar o bem que quer; outro querer, segundo a inspiração do Espírito Santo, pelo qual o fomes do pecado é deprimido, para que possamos operar o bem. O querer da razão natural era aquele de que dizia acima: *não faço o bem que quero*.

Dissera acima que o homem interior e a lei se deleitam no bem somente pela vontade, não pelo ato, porque contra esses dois se robustecia o fomes do pecado, combatendo a lei e a razão; mas, depois que Deus mostrou que ambos os bens, o da lei e o da razão, faltam ao homem, deu por fim a sua graça, que fortaleceu o livre-arbítrio, de modo que agora, se quiser, o homem possa operar o bem e coibir bem o fomes do pecado. Que Deus, pela graça, não tenha separado inteiramente do fomes do pecado o homem redimido teve esta causa: porque deixou ao homem o mérito; se, com efeito, o homem não pecasse somente por necessidade, porque não poderia, não haveria mérito pelo qual devesse ser salvo; mas, para que houvesse lugar de merecer, deixou o fomes do pecado resistente, porém debilitado e, se o homem quiser, sujeito à razão. Que, por outro lado, o homem redimido do pecado não tenha sido restituído em tanta dignidade quanta tinha Adão quando caiu, foi feito para que o homem, ensoberbecendo-se de tão súbita e tamanha felicidade, não caísse de novo irreparavelmente;

por isso, para memória do pecado e guarda da humildade, foi oportunamente deixada a pena do pecado, a fim de que também por isso se mostre a força do Espírito Santo, com cujo auxílio o homem racional submete a si o carnal, a quem esteve sujeito enquanto esteve sem a graça. O texto liga-se assim: visto que a graça de Deus, dada por Jesus Cristo, me libertou, portanto *eu mesmo*, que antes da graça estava sujeito à carnalidade, agora, podendo operar o que de bom

queria, não só quero, mas também *sirvo com a mente*, isto é, tenho o poder, conforme a razão aconselha, de servir à lei de Deus obrando bem; e não de modo tal que o fomes do pecado esteja inteiramente destruído em mim, mas tenho o poder de *servir com a carne*, isto é, segundo a carnalidade, *à lei do pecado*. Nisto também assinala o maior milagre: que o fomes do pecado, contra o qual antes nada podia a razão, agora esteja sujeito à razão, se o homem quiser.

Revision #1
Created 2 November 2026 23:30:31 by Admin
Updated 2 November 2026 23:30:31 by Admin